

# Democracia em ação

V. IV. 52

RAUL PILLA

**A**NTOINE PINAY prossegue na tarefa que se propôs: saneamento moral e financeiro da França. E por um triz não caiu, ao ser discutida uma lei que determinava grandes economias.

Quase todos os oradores aprovavam a orientação do governo, mas deploravam alguns que também fôsem reduzidas as verbas orçamentárias destinadas à reconstrução e a inversões. Pinay também lamentou a contingência, mas sustentou que a melhor maneira de evitar catástrofes é, ainda, lutar contra a alta dos preços. E, por 432 votos contra 187, caiu o artigo sexto do projeto governamental.

Fôsse esta uma disposição secundária, e pouco significaria a sua rejeição. O chefe do Governo, porém, reputava-a essencial ao desenvolvimento do seu programa. E apresentou a questão de confiança. Um novo escrutínio inverteu a situação: o artigo antes rejeitado foi aprovado por 363 votos contra 224.

Entretanto, nada obrigava a Assembléia Nacional a ceder. Ela poderia ter simplesmente derrubado o gabinete, já que este se lhe vinha pôr sob o cutelo. E tanto mais seguramente o poderia fazer, quanto a sua dissolução depende absurdamente, no regime francês, do assentimento do seu próprio presidente. Por que ceder então, quando antes não a tinham demovido os argumentos? Simplesmente porque, não obstante divergências secundárias, Pinay era o homem no qual ela e, mais do que ela, a Nação tinham motivos para confiar.

Isso é verdadeiramente democracia, isto é verdadeiramente governo consentido e a todo momento consentido. Sê-lo-á aquêlê sistema em que o govêrno não depende do Congresso e, precisamente, por isto, pode impor-lhe a sua política?

Dir-se-á, porém, que Pinay também impôs a sua política à Assembléia Nacional. Não impôs, nem poderia impor, pois estava inteiramente à mercê da sua vontade: apenas formulou a questão a todo momento implícita no govêrno realmente democrático: a confiança da nação através dos seus representantes.